

A NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARADOXAL AO RENASCIMENTO AFRICANO (2001-2021)

THE NEW PARTNERSHIP FOR AFRICAN DEVELOPMENT AND ITS PARADOXAL CONTRIBUTION TO AFRICAN RENAISSANCE (2001-2021)

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA | guilherme.ziebell@ufrgs.br |

Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da UFRGS. Doutor em Ciência Política (PPGPOL/UFRGS) e Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI/UFRGS). Editor-Adjunto da Revista Conjuntura Austral: Journal of the Global South

ANSELMO OTAVIO | otavio@unifesp.br |

Professor do curso de Relações Internacionais na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN/UNIFESP). Doutor e Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS). Vice-coordenador do Grupo de Pesquisa GEOS: Geopolítica, Geoeconomia e Geocultura da EPPEN/UNIFESP

Recebimento do Artigo: Agosto de 2023 **Aceite:** Dezembro de 2023

Resumo: A África passou a vivenciar, a partir dos anos 2000, um novo momento em sua história, passando a ter renovada importância política, econômica e geoestratégica. Conhecido como Renascimento Africano, este contexto tem como um de seus símbolos a NEPAD, iniciativa voltada à promoção do desenvolvimento africano a partir de uma perspectiva e de um protagonismo essencialmente africanos. O artigo se propõe a analisar os êxitos, desafios e impactos desta iniciativa para as mudanças socioeconômicas e políticas vividas pelo continente africano no contexto em que ela completa vinte anos de existência. Para tanto, adota uma abordagem hermenêutica, apoiando-se em fontes primárias e secundárias. Em linhas gerais, o que se busca demonstrar é que mesmo apresentando resultados abaixo dos esperados inicialmente, a NEPAD mostrou-se de grande relevância para o desenvolvimento continental, visto que vem demonstrando a importância da integração como solução para os desafios africanos.

Palavras-Chaves: NEPAD; África; desenvolvimento; renascimento africano; estratégia.

Abstract: From the 2000s onward, the African continent started to experience a new moment in its history, due to a renewed political, economic and geostrategic relevance. Also known as the African Renaissance, this context has as one of its symbols NEPAD, an economic initiative aimed at promoting African development from an essentially African perspective and based on African protagonism. This article aims to analyze the successes, challenges and impacts of this initiative for the socioeconomic and political changes experienced by the African continent after twenty years of its existence. Therefore, it adopts a hermeneutic approach, relying mainly on primary and secondary sources. In general, it sought to demonstrate that even with results below those initially expected, NEPAD proved to be of great relevance for continental development, as it has demonstrated the importance of integration as a solution to African challenges.

Keywords: NEPAD; Africa; development; african renaissance; strategy.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos 2000, o continente africano, que havia experimentado mais de duas décadas de declínio econômico, conflitos e perda de importância estratégica – política e econômica – internacional (Cardoso, 2020), voltou a ser integrado à economia e ao plano estratégico globais. Entretanto, esse processo se deu em um contexto distinto de outrora – a despeito da manutenção da condição periférica dos países do continente (Carmody, 2011; Silva, 2008; Wallerstein, 2000; Guimarães, 1999). Diversos elementos que configuraram a nova conjuntura internacional proporcionaram aos países africanos assumir uma postura mais assertiva em termos de política internacional, o que, em conjunto com outros fatores – como o significativo incremento do comércio e o recebimento de crescentes investimentos internacionais –, proporcionou uma aceleração de seu crescimento econômico (Delancey, 2013). Assim, a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), lançada em 2001 como um plano de desenvolvimento para a África – elaborado por países do continente –, com uma abordagem dos problemas africanos diferenciada daquela das instituições financeiras internacionais e com o objetivo de reinserir o continente nos debates pelo seu próprio desenvolvimento, teria papel central nesse processo.

Em 2021, a NEPAD completou 20 anos de existência, e é diante disso que o artigo se propõe a analisar os êxitos, desafios e impactos desta iniciativa para as mudanças socioeconômicas e políticas vividas pelo continente africano ao longo desse período. Para tanto, além de apresentar e discutir não só o contexto em que a África estava inserida imediatamente antes da implementação desta iniciativa, mas também as principais características e objetivos da Parceria, serão analisados diversos indicadores sociais e econômicos, que permitam avaliar as mudanças ocorridas no continente e, destarte, discutir a centralidade da NEPAD nestas alterações. Os indicadores analisados são taxa de mortalidade; incidência de HIV/AIDS; expectativa de vida; produção de alimentos; endividamento externo; ajuda oficial ao desenvolvimento; investimento externo direto; volume de comércio; produto interno bruto; e produto interno bruto per capita. Para os mais relevantes dentre os indicadores, serão utilizados dados agregados para o continente africano como um todo, sendo realizadas comparações com os agregados da América Latina, dos países da OCDE e mundial. Objetiva-se, com isso, estabelecer elementos de comparação que permitam avaliar de maneira mais clara o quanto as mudanças ocorridas no continente foram reflexo de um desenvolvimento africano efetivo, e o quanto elas apenas refletiram mudanças ocorridas no cenário internacional, como um todo.

Em termos metodológicos, o trabalho, apesar de utilizar um amplo conjunto de dados quantitativos, adota abordagem de caráter qualitativo, apoiando-se em uma análise hermenêutica. Além de ser desenvolvido a partir de fontes primárias e secundárias, o artigo será composto, além desta introdução, por quatro outras seções. Inicialmente, será realizada uma breve retomada histórica do contexto político e econômico em que o continente africano se encontrava antes da implementação da NEPAD. Em seguida, será realizada uma análise dos objetivos e projetos realizados no contexto da NEPAD ao longo do período que compreende os primeiros vinte anos da Parceria (2001-2021). Posteriormente, serão apresentados e discutidos diversos dados e indicadores sobre as mudanças sociais e econômicas ocorridas na África ao longo do século vinte e um. Por fim, na última seção serão apresentadas as considerações finais, quando buscaremos sintetizar o argumento geral do artigo, qual seja, que mesmo apresentando resultados aquém dos esperados, a NEPAD mostrou-se importante para o continente, visto que vem demonstrando a importância da integração como solução para os desafios africanos.

2. A ÁFRICA EM TRANSFORMAÇÃO: DAS DÉCADAS PERDIDAS AO RENASCIMENTO

O início da década de 1970 foi marcado por um contexto de crise econômica mundial, que teve significativo impacto sobre os países da periferia – e, portanto, sobre os países africanos. Diversos fatores foram fundamentais para desencadear essa crise: o fim do padrão-ouro, em 1971; a reestruturação da produção e a nova divisão internacional do trabalho; a globalização financeira; a Revolução Científico-Tecnológica; e a elevação dos preços de algumas *commodities* – especialmente o petróleo –, desde 1971. A crise que começara no início da década, aprofundou-se ao longo dos anos 1970. Graças à diminuição da demanda do mundo industrial, produzida pela recessão por ele enfrentada, os preços dos produtos agrícolas e minerais sobre os quais se baseavam as economias africanas sofreram um declínio crescente, ao passo que os preços dos bens (essencialmente manufaturados) que eram importados dos países centrais se tornavam mais caros (Keylor, 1997; Gordon, 2013).

O quadro de deterioração dos termos de troca africanos foi agravado, sobretudo a partir de 1973, com a alta internacional dos preços do petróleo, da qual poucos países do continente (produtores, como Nigéria, Angola e Gabão) conseguiram tirar proveito (Delancey, 2013). Por um lado, os países africanos passaram a ter dificuldades cada vez maiores de arrecadar divisas que eram fundamentais para a manutenção e funcionamento das atividades econômicas. Assim, crescentemente começaram a enfrentar escassez de matérias-primas, peças de reposição para a indústria e mesmo insumos agrícolas, o que debilitou, ainda

mais, suas economias. Por outro lado, os países africanos intensificaram seu recurso a empréstimos externos para poder equilibrar suas economias, gerando um grande aumento nos níveis de endividamento da maioria dos países do continente ao longo da década (Clapham, 1996; Keylor, 1997).

A forte recessão da economia mundial no final dos anos 1970, associada a um segundo choque do petróleo, em 1979, e à ascensão de regimes conservadores em países do centro (como EUA, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental) no início dos anos 1980, desferiu um duro golpe nos países africanos. Em resposta aos altos índices de inflação e de desemprego que se apresentavam, os países centrais passaram a adotar medidas como a redução dos compromissos com a ajuda externa e o estabelecimento de práticas protecionistas contra as importações da periferia. Os países africanos, fortemente dependentes dos países centrais para o acesso a investimentos, empréstimos, mercados e conhecimento técnico, sofreram um impacto devastador em suas economias, e se viram, cada vez mais, incapazes de saldar suas dívidas com os credores internacionais (Keylor, 1997).

Diante desse contexto, em um esforço conjunto da Organização da Unidade Africana (OUA) com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), foi elaborada, em 1979, a Declaração de Monróvia, documento que articulava a visão africana sobre o futuro do continente e estratégias para retirar a África do contexto de crise, garantindo um desenvolvimento autossuficiente. No ano seguinte, OUA e UNECA elaboraram o Plano de Ação de Lagos (LPA), iniciativa direcionada a atingir os objetivos da Declaração de Monróvia via adoção de estratégias que priorizavam o desenvolvimento da agricultura, da industrialização, das indústrias de mineração, de recursos humanos e de ciência e tecnologia (Bujra, 2004). Contudo, o LPA não logrou o sucesso esperado, uma vez que os países africanos fracassaram em organizar e sustentar uma reação conjunta e articulada, sendo levados, individualmente, a recorrer às Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, as quais passaram a impor aos países africanos a adoção de Programas de Ajustes Estruturais que, baseados no ideário neoliberal, previam redução das tarifas alfandegárias, desvalorização da moeda, privatização das empresas públicas, cortes no orçamento e nos subsídios estatais e a reforma do setor agrícola (acabando com cooperativas e fazendas estatais) (Taylor, 2010).

O resultado dessa política se mostrou um grande fracasso, colaborando para corroer as bases de sustentação dos Estados africanos, intensificando a decadência econômica e política nos países do continente, e transformando a década de 1980 na “década perdida” para a África (Clapham, 1996). Além de um aumento significativo no endividamento externo dos países africanos, estes sofreram consequências sociais devastadoras. O continente passou a experimentar uma intensificação de epidemias, um aumento da fome endêmica em algumas regiões e o colapso das economias e de estruturas sociais em vários países. Todos esses fatores estavam ligados à perda da capacidade de articulação sociopolítica dos Estados africanos que, associada aos aumentos verificados nos preços dos alimentos e dos serviços, também serviu de estopim para diversos levantes violentos e golpes de estado, propagando uma situação de instabilidade intensa em grande parte do continente (D’almeida-Topor, 2003).

Somado aos desafios anteriormente apresentados, com o fim da bipolaridade a África perdeu grande parte de sua importância estratégica, e com isso a sua capacidade de barganha no cenário internacional (Taylor; Williams, 2004). Além do espaço europeu – e mesmo da própria Rússia pós-soviética – países com governos neoliberais na América do Sul (como Brasil, Argentina e Chile) e os chamados Tigres Asiáticos se apresentavam como alternativas de investimentos mais interessantes para as potências centrais, o que contribuiu para que o continente fosse deixado cada vez mais de lado (Gordon, 2013). O resultado disso foi uma progressiva marginalização da África no sistema internacional, acompanhada de uma forte debilidade econômica, e de uma crescente instabilidade política.

Lentamente, ainda que marcado por diversos desafios, ao longo da década de 1990, o continente africano adentrou num ciclo de transformações, representado pelo encerramento das guerras convencionais e pelo avanço de eleições democráticas, substituindo os regimes de partido único por sistemas multipartidários liberal-democráticos (Visentini, 2010). Em certa medida, este cenário marcou a suplantação, por parte de atores importantes no continente, de algumas dificuldades do passado, seja através da superação de fases de instabilidade interna (como a Nigéria, a partir de 1999), de uma busca ativa de “normalização” das relações com a comunidade internacional (como a Líbia, a partir do início da década) ou da consolidação de um papel de liderança regional (como a África do Sul, a partir do fim do *apartheid*), se firmando como relevantes atores na diplomacia continental.

Parte integrante destas transformações também foi encontrada no âmbito econômico, com os países africanos apresentando médias anuais de crescimento do PIB (e do PIB *per capita*) positivas a partir de meados da década, inclusive, em maior ou menor intensidade, sendo poucos impactados pela crise asiática do final dos anos 1990 (Callaghy, 2009; Delancey, 2013; World Data Bank, 2021).¹ Tal desempenho econômico positivo estava diretamente ligado à presença e interação crescentes

¹ Segundo Callaghy (2009) foi justamente a marginalização do continente no cenário internacional – especialmente em termos econômicos, contando, por exemplo, com baixíssimos investimentos externos diretos e com uma interligação precária com a economia mundial – que fez com que a

de parceiros como a China, que à época se tornava importante exportadora de produtos industrializados, tendo incrementada sensivelmente sua demanda por matérias-primas, energia e mercados consumidores. Esses elementos, associados a um relativo enfraquecimento da influência europeia direta na África e à manutenção do desinteresse das potências centrais pelo continente ao longo dos anos 1990, permitiram aos países africanos se reorganizar em bases mais autônomas, criando novas estruturas e práticas para lidar com os desafios sociopolíticos e de desenvolvimento enfrentados pelo continente (Silva, 2008).

Adentrando o século vinte e um, o cenário de transformações na África foi acompanhado por um renovado interesse internacional pelo continente. Grosso modo, a renovada disputa entre as potências centrais e as emergentes aprofundou o interesse pelo fortalecimento e manutenção de laços políticos e econômicos com a África, fator que se mostrou positivo para os países do continente, que passou a desfrutar de uma maior margem de manobra – e de barganha – em suas decisões (Carmody, 2011). Inclusive, diante deste cenário favorável a seus interesses, os países africanos se mostraram capazes, impulsionados em grande medida pelos crescentes investimentos feitos no continente e pelo incremento do comércio, de adotar um posicionamento mais assertivo na política continental e também mundial, o que foi acompanhado por uma aceleração de seu crescimento econômico.

De modo geral, as transformações no âmbito interno somadas ao maior interesse das potências tradicionais e emergentes, demonstravam não apenas o retorno da posição estratégica da África equivalente à existente durante a Guerra Fria, mas, fundamentalmente a inauguração de um novo momento em sua história, comumente intitulado *African Renaissance* ou Renascimento Africano (Landsberg; Hlophe, 1999). Conceitualmente, o Renascimento Africano já era encontrado na análise de alguns autores africanos pertencentes a períodos anteriores, destacadamente Cheikh Anta Diop, que atrelava o renascimento à necessidade dos povos africanos de romper com a imposição linguística fruto da dominação europeia (Marumo; Chakale, 2018).

O Renascimento Africano compreendido no século vinte e um, entretanto, tem em Thabo Mbeki um de seus principais expoentes. Reflexo disso pode ser encontrado no discurso *The African Renaissance, South Africa and the World*, realizado em 1998, na Universidade das Nações Unidas, em Tóquio, no Japão, pronunciamento em que as características deste renascimento foram apresentadas. Uma primeira se referia à necessidade de resgatar o passado africano anterior à colonização europeia, período em que houve o predomínio de grandes impérios e civilizações. Já a segunda dizia respeito à necessidade de dar continuidade às transformações políticas, econômicas e securitárias refletidas pela expansão de eleições democráticas, pelo encerramento dos conflitos, e pela adoção das práticas neoliberais que se mantinham relevantes no pós-Guerra Fria (Mbeki, 1998; Landsberg; Hlophe, 1999).

A materialização do *African Renaissance* pôde ser encontrada em duas iniciativas que, até os dias atuais, representam este ciclo de transformações. A primeira diz respeito à transição da OUA para União Africana (UA), evento que se iniciou em 1999 e foi consolidado em 2002, marcando a revitalização da principal organização africana, que passou a intensificar a integração e a cooperação no continente, com diferenças substantivas em relação à sua antecessora (Oliveira; Calvete; Cardoso, 2014). Já a segunda, e em destaque neste artigo, refere-se à NEPAD, iniciativa direcionada a romper com os desafios relacionados ao desenvolvimento continental, que será melhor analisada nas seções seguintes.

3. A NEPAD COMO SÍMBOLO DA RESPONSABILIDADE MÚTUA

A gênese da NEPAD atrela-se à fusão de dois projetos concorrentes, o *Millennium Partnership for the African Recovery Program* (MAP) e o *Omega Plan*. Referente ao primeiro, seu desenvolvimento encontra-se atrelado aos presidentes sul-africano, nigeriano e argelino, Thabo Mbeki, Olusegun Obasanjo e Abdelaziz Bouteflika, respectivamente, e voltava-se ao estabelecimento de diálogo com os países do Norte global, visando à recuperação política, econômica e social do continente africano por meio de compromissos que deveriam ser assumidos não só pelas lideranças africanas, mas também pelos países industrializados (De Waal, 2002). O *Omega Plan*, por sua vez, foi concebido pelo então presidente senegalês, Abdoulaye Wade, e direcionado a projetos de infraestrutura, educação, saúde e agricultura (Martin, 2002).

Em 2001, durante a quinta Cúpula Extraordinária da OUA, as lideranças africanas reconheceram a relevância e complementaridade do MAP e do *Omega Plan* e, entendendo que sua existência paralela poderia resultar na baixa efetividade de ambos, decidiram pela unificação dos dois projetos. Assim, teve início um longo processo de ajustes e discussões, que culminou, inicialmente, na Nova Iniciativa Africana (*A New African Initiative*), e, posteriormente, na sua transformação em

África não fosse significativamente impactada pela crise asiática do final dos anos 1990. Para DeLancey (2013), o que se percebeu de forma mais clara foi um crescimento negativo do PIB e do PIB *per capita* do continente em 1998, algo contornado já no ano seguinte.

Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano. Desde sua criação, a NEPAD passou a priorizar objetivos como a erradicação da pobreza; a promoção do crescimento e do desenvolvimento sustentável dos países africanos; o combate à marginalização do continente no processo de globalização; a busca de uma integração completa (e benéfica) do continente à economia global; o estabelecimento de condições para o desenvolvimento sustentável da África; e a garantia de paz, segurança, respeito aos direitos humanos e democracia no continente (NEPAD, 2001).

Por um lado, os objetivos estabelecidos pela Parceria mostravam-se consistentes com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (*Millenium Development Goals* – MDG) (De Waal, 2002). Estabelecidos pela ONU no início dos anos 2000, os MDG voltam-se a erradicar a pobreza e a fome extremas; atingir educação primária universal; promover igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir um ambiente sustentável; e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (UN Millennium Project, 2005). Por outro lado, a NEPAD direcionava-se à atração de mais recursos para o continente, especialmente através de Investimentos Externos Diretos (IED), de aumentos nos fluxos de capitais (por meio da redução ou cancelamento das dívidas externas) e de incremento nos fluxos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD).

Grosso modo, as características anteriormente indicadas corroboravam os elementos basilares da Nova Parceria, quais sejam, a boa governança como uma pré-condição para a paz, a segurança e o desenvolvimento político e socioeconômico sustentável; e a ampla e profunda participação de todos os setores da sociedade (Fombad, 2006). Além disso, elas também podem ser encontradas diluídas nas seis áreas temáticas deste projeto, no caso, agricultura e segurança alimentar; mudança climática e administração de recursos nacionais; integração regional e infraestrutura; desenvolvimento humano; governança econômica e corporativa; e questões transversais, como gênero, desenvolvimento de capacidades e tecnologias de informação e comunicação (NEPAD, 2001).

Embora tendo sido criada simultaneamente à transformação da OUA em UA, a NEPAD seguia fora da estrutura desta Organização até 2010, quando, durante a décima quarta Assembleia Ordinária da UA, a estrutura da Parceria foi totalmente integrada à Organização. Nesse processo, o Secretariado da Parceria foi substituído pela Agência de Planejamento e Coordenação da NEPAD (*NEPAD Planning and Coordinating Agency* – NPCA) (NEPAD Planning And Coordinating Agency, 2011).² Paralelamente, o Comitê de Implementação de Chefes de Estado e de Governo da NEPAD (*NEPAD Heads of State and Government Implementation Committee* – HSGIC), um subcomitê da Assembleia da União Africana responsável pela liderança política e orientação estratégica da NEPAD, foi renomeado Comitê de Orientação de Chefes de Estado e de Governo da NEPAD (*NEPAD Heads of State and Government Orientation Committee* – HSGOC), com a sua função de coordenação de alto-nível dos programas e projetos da NEPAD sendo mantida (*NEPAD Planning And Coordinating Agency*, 2011).

Em grande medida, o principal diferencial da NEPAD em relação às iniciativas para o desenvolvimento do continente criadas anteriormente seria o fato de que ao invés de buscar uma estratégia de confrontação – por exemplo, por meio da tentativa de criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, como era o caso do Plano de Ação de Lagos –, ela aceitava a realidade da globalização, ao mesmo tempo em que estabelecia uma ideia de responsabilidade mútua como estratégia para alcançar o desenvolvimento econômico do continente (Otávio, 2017). Nesse sentido, ela se colocava como “um chamado para uma nova relação de parceria entre a África e a Comunidade Internacional, especialmente os países altamente industrializados, para superar o hiato no desenvolvimento que foi ampliado ao longo de séculos de relações desiguais” (NEPAD, 2001). Em parte, isso se devia a um reconhecimento, por parte da própria Parceria, das falhas dos programas anteriores.

Inicialmente, pode-se dizer que a NEPAD logrou um importante sucesso dentro de sua proposta, sendo bem recebida pelas potências ocidentais e também pelas IFIs. Inclusive, os países do G₈ se comprometeram a desenvolver um “plano de ação” voltado para a iniciativa africana, o que se concretizou na Cúpula do Grupo em junho de 2002, em Kananaskis, Canadá, onde o Plano de Ação para a África do G8 foi oficializado (NEPAD Planning And Coordinating Agency, 2011). Diante desta aceitação, para alguns autores, a NEPAD seria, concomitantemente, um grande sucesso e um elemento fundamental para a reorganização e para a renovada importância do continente africano no século vinte e um, especialmente por conta dos elementos de “autocrítica” contidos na iniciativa. Entre seus maiores sucessos estaria o fato de ela colocar questões como democracia e boa governança no centro da agenda de desenvolvimento africana, garantindo, com isso, o envolvimento dos

² Os objetivos do NPCA são facilitar e coordenar a implementação dos programas e projetos continentais e regionais prioritários; mobilizar recursos e parceiros em apoio à implementação dos programas e projetos prioritários africanos; conduzir e coordenar pesquisa e gerenciamento de conhecimento; monitorar e avaliar a implementação de programas e projetos; e, defender a visão, a missão e os princípios/valores centrais da UA e da NEPAD (NPCA, 2011).

³ O G8 era composto pelos membros do G7, grupo de países mais industrializados do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) e pela Rússia, que foi excluída em 2014, após a anexação da Criméia.

países desenvolvidos, especialmente da União Europeia, no enfrentamento dos desafios de desenvolvimento do continente (Ottosen, 2010; Visentini, 2010).

Alternativamente, outros autores apresentam uma postura mais crítica em relação à Parceria, questionando não só sua efetividade, mas também a sua adequação à realidade do continente. Um dos principais questionamentos partiu de autores que consideravam a iniciativa excessivamente ligada ao ideário neoliberal e, portanto, dotada de pouca capacidade de efetivamente produzir mudanças positivas na África (Döpcke, 2002). Mais do que um vetor de mudança e transformação do continente, a NEPAD serviria como uma ferramenta de perpetuação das estruturas tradicionais de dominação dos países centrais sobre os países africanos (Murithi, 2009). Inclusive, a preocupação da Nova Parceria em integrar as economias africanas aos países desenvolvidos apresentaria um potencial muito maior de dar continuidade à exploração dos recursos humanos e naturais africanos pelas potências centrais, do que de promover uma ruptura com o padrão até então estabelecido (Akinola; Ndawonde, 2016).

Somado às críticas anteriores, em Chabal (2002) é possível encontrar a sustentação da ideia de que a democracia e a boa governança não seriam pré-requisitos para o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, o alinhamento da Parceria à ortodoxia democrática se resumiria a um comprometimento das elites africanas com o objetivo de garantir a continuidade da transferência de recursos para o continente; ou seja, seria uma continuação das relações que orientaram o envolvimento dos países da África com a comunidade internacional desde suas independências, e não um rompimento com o padrão histórico (Chabal, 2002). Nesse contexto, vale ressaltar outra característica da iniciativa que também simboliza motivo de críticas, qual seja, sua elaboração e concretização realizada por um número reduzido de lideranças africanas sem consultas populares, fator que alijou as populações do continente de participação no processo (De Waal, 2002; Akokpari, 2003). Tal característica, ao menos para alguns autores, demonstrou que o processo de criação da NEPAD estava mais preocupado em conseguir o apoio internacional do que em estabelecer a efetiva propriedade da iniciativa pelos africanos (Badiru, 2016).

Parece claro, nesse contexto, que apesar de ter diversos pontos positivos, a NEPAD apresentava, desde seu estabelecimento, muitas questões problemáticas – ou ao menos questionáveis –, várias delas em sua concepção. Por um lado, é possível dizer que a Parceria tem papel importante nos processos de integração regional, de retomada da autoconfiança africana e de atração de recursos para o continente; por outro é difícil contestar as críticas a respeito das bases nas quais ela se estruturou. Levando em consideração tais facetas, buscaremos, na próxima seção, avaliar as mudanças socioeconômicas ocorridas no continente africano ao longo dos primeiros vinte anos desta iniciativa, e demonstrar que entre êxitos e fracassos, a NEPAD tornou-se um símbolo do Renascimento Africano.

4. O RENASCIMENTO AFRICANO EXPRESSO EM 20 ANOS DE NEPAD

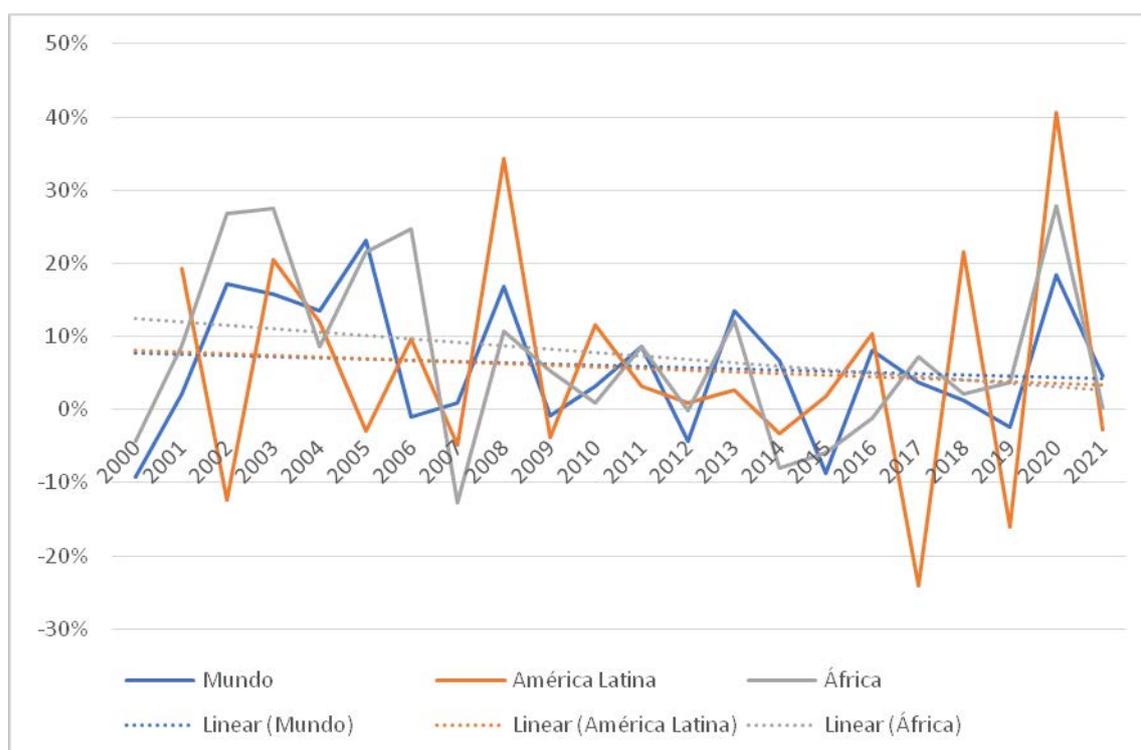
Quando analisados os vinte primeiros anos da NEPAD, é fato que podemos destacar a iniciativa através de seus êxitos e desafios no que diz respeito a objetivos como mortalidade infantil, expectativa de vida e de prevalência de HIV/Aids na população, volume de comércio, produção de alimentos, ajuda oficial ao desenvolvimento, Investimento Externo Direto, endividamento externo, Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto *per capita*. Referente ao primeiro objetivo, os países africanos tiveram sucesso em reduzir significativamente os índices de mortalidade infantil no continente, uma vez que, se no início do século vinte e um o índice médio para o continente era de 76,2 mortes para cada 1.000 nascidos vivos, em 2021, a África atingia a marca de 40,5 mortes para cada 1.000 nascidos vivos (World Bank, 2023).

Referente à prevalência de HIV/Aids na população, no ano de 1990, os índices de infecção do continente africano se mostravam expressivamente altos (com 2,4 por cento da população entre 15 e 49 anos infectada, contra 0,26 por cento na América Latina, 0,14 por cento na OCDE e 0,3 por cento em nível mundial). No ano de 2001, a disseminação da doença no continente era muito mais intensa, atingindo 5 por cento da população africana. Neste caso, ainda que o índice tenha passado a decrescer, atingindo 4,13 por cento, em 2021, é fato que o índice ainda é muito superior aos níveis da América Latina, da OCDE e mundial (World Bank, 2023). No que diz respeito à expectativa de vida, embora não sendo um dos objetivos explícitos da NEPAD, é fato que sua análise é relevante, visto que é um importante indicador de qualidade de vida e de desenvolvimento. Em termos numéricos, se nos anos iniciais de 2000, a expectativa de vida média na África era de cerca de 54 anos, em 2021 essa média subiu para 64 anos, melhora que pode ser considerada como um avanço positivo no desenvolvimento africano (World Bank, 2023).

No âmbito econômico, as lideranças africanas também esperavam, com a NEPAD, atrair mais recursos financeiros para a África, sobretudo por meio da redução das dívidas externas (via pagamento, renegociação ou mesmo cancelamento), do incremento do IED e também dos fluxos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Referente ao AOD, excetuando

dois períodos, entre 2006 e 2007 e entre 2013 e 2016, quando houve queda, o que se viu foi a tendência ao crescimento a partir de 2000, totalizando um aumento de cerca de 315 por cento entre 2001 e 2021. Entretanto, ainda que o crescimento tenha sido mais expressivo se comparado com o Mundo e América Latina, ambos que atingiram as marcas de 257 por cento e 112 por cento de crescimento, respectivamente, em verdade o que se verifica é a tendência ao decréscimo, inclusive, com intensidade significativamente maior para o continente africano, o que aponta para uma tendência de diminuição não só dos fluxos para o continente, mas também para a diminuição de sua importância em relação aos totais mundiais (World Bank, 2023). Em termos gráficos:

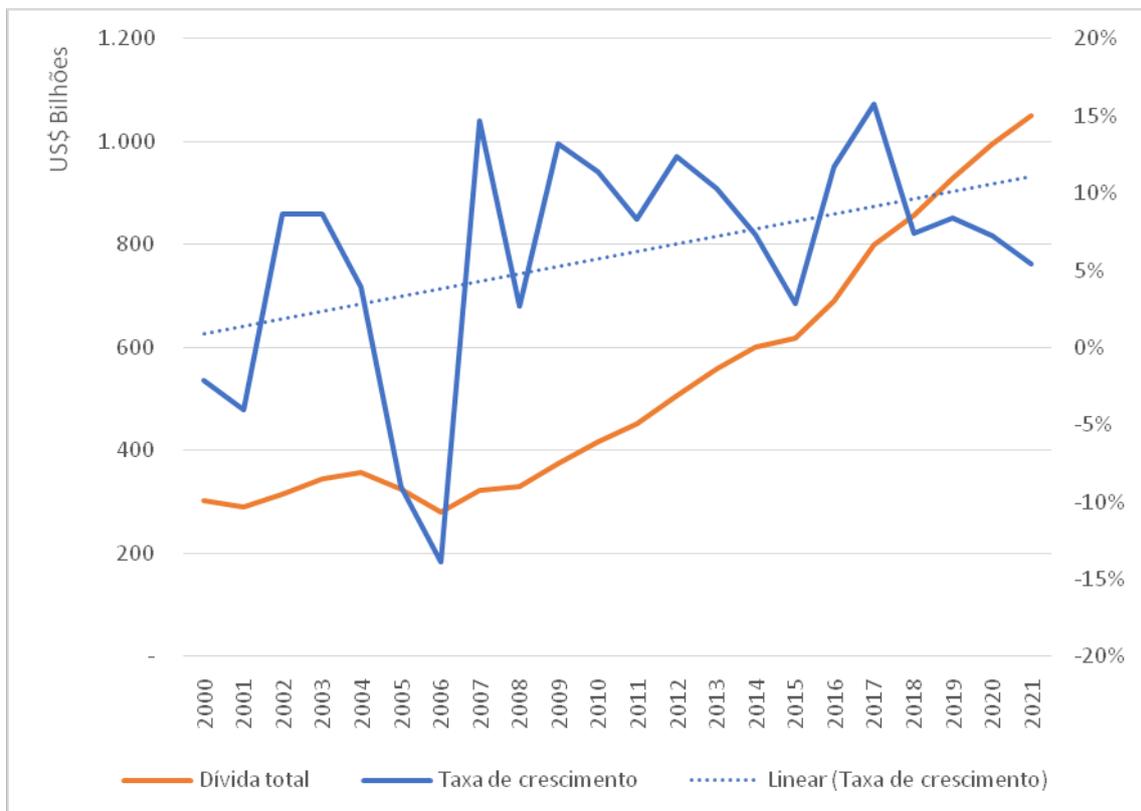
Gráfico 1-Taxa de crescimento dos fluxos de AOD: África, América Latina e Mundo (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados de World Bank (2023).

No que diz respeito ao endividamento externo, a expectativa da NEPAD, em parte, se apoiava na existência, desde 1996, da categoria Países Pobres Pesadamente Endividados (HIPC, na sigla em inglês), ferramenta criada pelo FMI em conjunto com o Banco Mundial, voltada a criar alternativas que permitissem reduzir o endividamento de tais países a níveis sustentáveis. Em 2005, a HIPC foi suplementada pela Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI – *Multilateral Debt Relief Initiative*), que passava a permitir que países elegíveis para o HIPC pleiteassem o cancelamento de 100 por cento de dívidas selecionadas pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo Fundo Africano de Desenvolvimento (IMF, 2017). Entretanto, se em 2006 o continente havia alcançado o menor nível de endividamento, a partir de então, o que se viu foi seu crescimento de forma vertiginosa. Nesse contexto, entre 2000 e 2021, o endividamento externo dos países do continente teve um aumento de cerca de 260 por cento, muito além daquele almejado pelos idealizadores da NEPAD, o que pode ser visto no gráfico 2, abaixo (World Bank, 2023).

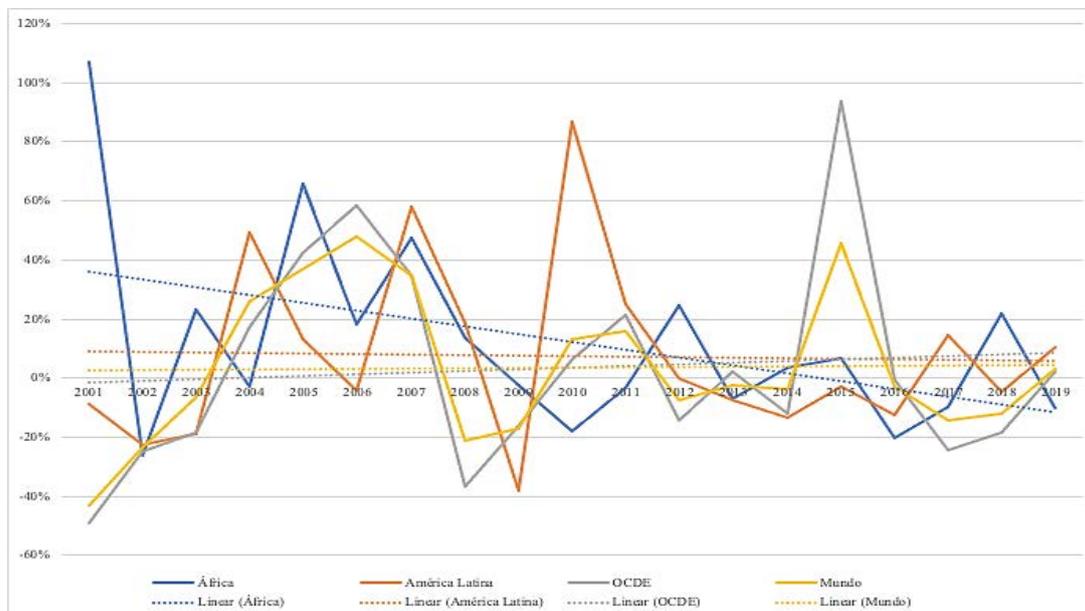
Gráfico 2 –Endividamento total (US\$ bilhões) e taxa de crescimento do endividamento externo africano (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados de World Bank (2023).

Junto à AOD e ao endividamento externo, outra importante expectativa da NEPAD atrela-se aos fluxos de Investimento Externo Direto (IED) recebidos pelo continente. Em linhas gerais, os fluxos de IED para a África foram crescentes desde o ano 2000, com um breve intervalo de queda entre 2008 e 2010, provavelmente reflexo da crise financeira internacional vivida à época. No período, o crescimento dos fluxos de IED foi de mais de 370 por cento, passando de aproximadamente US\$ 9,6 bilhões, em 2000, para cerca de US\$ 45 bilhões em 2019, depois de ter atingido seu maior valor em 2015, um total de mais de US\$ 54 bilhões. Quando comparado com a evolução dos fluxos de IED no âmbito mundial, o que se percebe é o continente africano mantendo-se abaixo da América Latina e da OCDE. Se em 2000 a África representava 0,7 por cento dos fluxos mundiais e passou para 3 por cento em 2019 - depois de atingir o seu maior índice, de 4,6 por cento, em 2009, neste mesmo período, a América Latina aumentou de 5,7 por cento para 10,7 por cento. Os países da OCDE, ainda que vivenciando situação oposta, concentram grande parte deste fluxo, passando de 84 por cento para, aproximadamente, 54 por cento (UNCTADStat, 2021). Em termos prospectivos, conforme ilustrado no gráfico abaixo, percebe-se uma tendência de decréscimo dos fluxos de IED para o continente africano, o que aponta para uma diminuição da importância do continente nesse quesito, indo na contramão dos anseios da NEPAD.

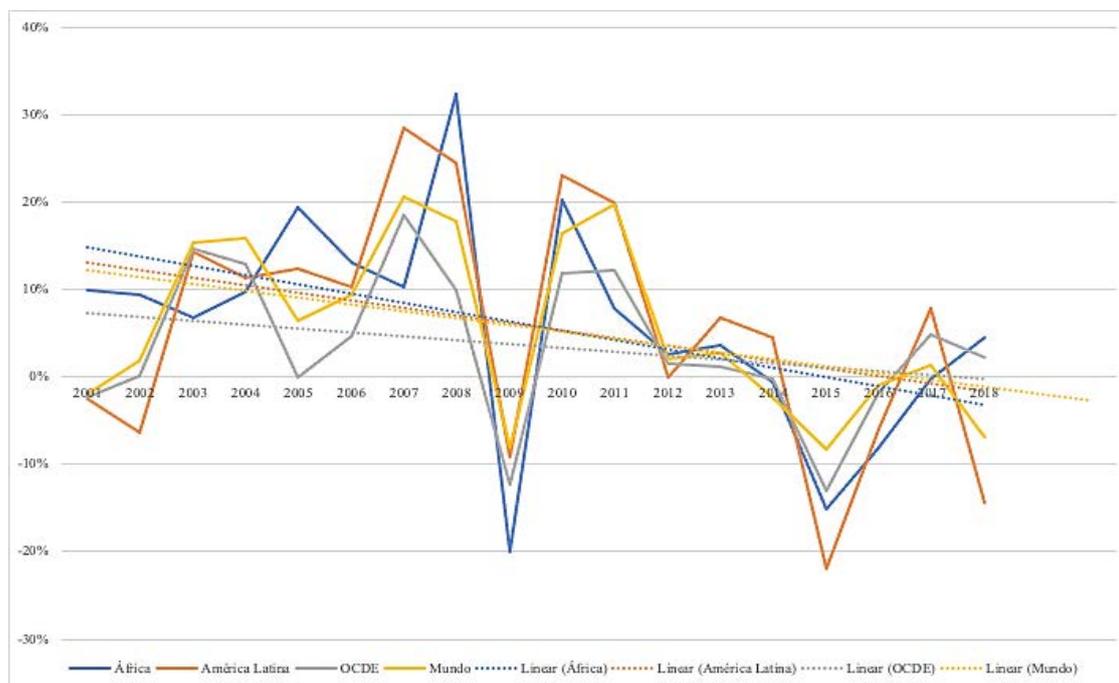
Gráfico 3 – Crescimento do IED: África, América Latina, OCDE e Mundo (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados de UNCTAD (2023).

Além dos objetivos anteriores, outro a ser destacado diz respeito ao aumento da produção de alimentos no continente, que entre 2001 e 2021 foi marcado um aumento de 160 por cento na produção. Grosso modo, a situação mostra-se preocupante, uma vez que a despeito de tal tendência, a produção no continente passou por um declínio significativo entre 2014 e 2017, apresentando um aumento pouco expressivo a partir de 2018. Além disso, como pode ser visto no gráfico 4, abaixo, o continente apresenta uma tendência de declínio na sua taxa de crescimento da produção de alimentos mais acentuada do que qualquer uma das outras regiões analisadas (FAOStat, 2023).

Gráfico 4 – Taxa de crescimento da Produção de Alimentos: África x Mundo (%)

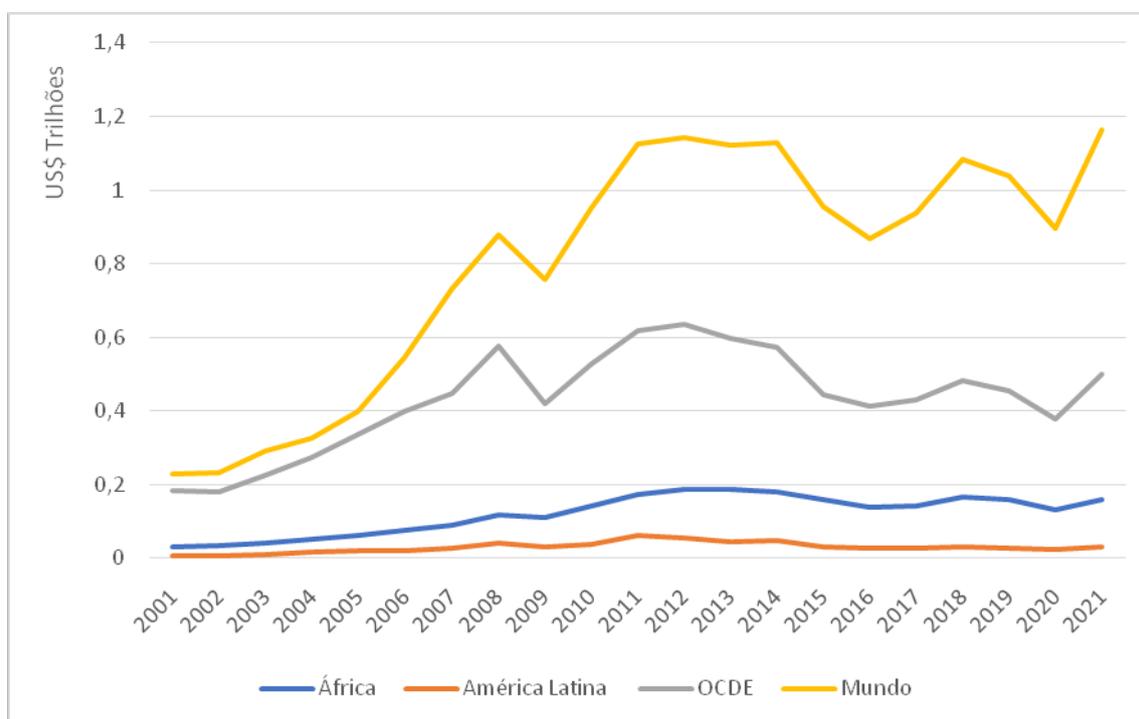


Fonte: Elaborado pelos autores com dados de FAO (2023).

Paralelamente aos objetivos anteriores, outro de destaque refere-se ao comércio interafricano, que cresceu ininterruptamente de 2001 até 2008, passando de cerca de US\$ 30 bilhões para mais de US\$ 116 bilhões, isto é, um aumento de aproximadamente 285 por cento. Após uma queda pouco expressiva, entre 2008 e 2009, reflexo da crise econômica internacional, o volume de comércio no continente voltou a crescer, saindo de cerca de US\$ 108 bilhões, em 2009, e atingindo seu ápice em 2013, com um volume de comércio entre os países africanos equivalente a aproximadamente US\$ 180 bilhões. Após 2013, contudo, o comércio interafricano passou a decrescer de forma muito expressiva, atingindo, em 2020, a marca de aproximadamente US\$ 132 bilhões, o menor valor desde 2010 (World Trade Map, 2023). Tais resultados talvez possam ser melhor explicados se compararmos a evolução do comércio interafricano com o comércio da África com o mundo como um todo.

Neste comparativo, entre 2001 e 2008, o volume de comércio da África com o mundo cresceu aproximadamente 281 por cento, passando por uma queda entre 2008 e 2009, e voltando a crescer em seguida, atingindo seu ápice em 2012, com um total de cerca de US\$ 1,12 trilhões. A partir daí o volume de comércio também passou a declinar – de forma suave até 2014, acentuando-se em seguida. Uma nova retomada foi verificada entre 2016 e 2018, a qual foi seguida de um novo declínio, entre 2018 e 2020, e por uma retomada acelerada até 2021 – quando o volume de comércio atingiu seu maior nível no século, com um total de aproximadamente US\$ 1,16 trilhões. Se fizermos a mesma análise para América Latina e para a OCDE, perceberemos que o volume de comércio da África com tais regiões acompanhou o comportamento verificado no comércio interafricano e com o restante do mundo. Em linhas gerais, muito provavelmente esse quadro seja reflexo de uma diversificação das parcerias comerciais do continente, o que pode ser percebido como um elemento positivo no desenvolvimento africano. É importante perceber, todavia, que o próprio comércio interafricano passou por uma redução no período (atingindo, em 2016, seu menor valor – 12,2 por cento), o que, se por um lado tende a fortalecer a tese de que se trata de um processo de diversificação de parcerias, por outro se mostra contrário aos objetivos estabelecidos pela NEPAD. Em termos gráficos:

Gráfico 05 – Comércio africano com parceiros (US\$ Trilhões)⁴

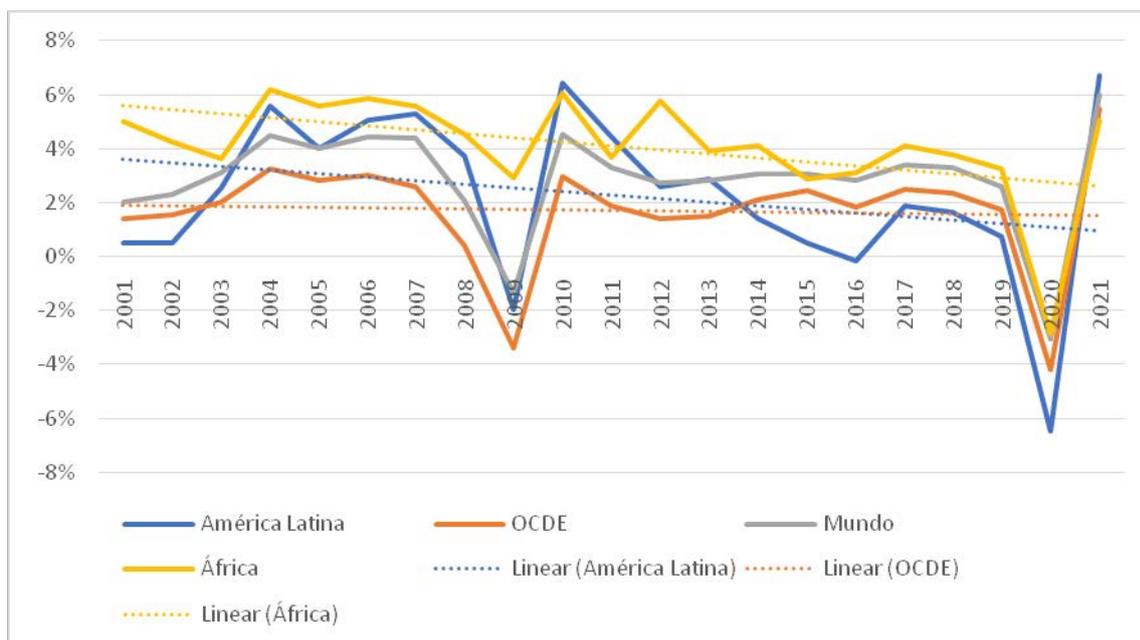


Fonte: Elaborado pelos autores com dados de ITC (2023).

Junto ao comércio, vale destacar o PIB, que, embora isoladamente não reflita avanço no desenvolvimento, nos permite avaliar, a partir de sua evolução, o crescimento econômico vivenciado pelo continente entre 2001 e meados de 20. Em linhas gerais, é possível indicar que o período analisado foi marcado pela alternância entre fases curtas de queda no PIB, como visto entre 2000 e 2002 (3,7 por cento), 2008 e 2009 (4,6 por cento) – esta motivada pela crise econômica internacional – e 2014 e 2016 (12,7 por cento), com fases de crescimento, passando de US\$ 653 bilhões em 2001 para US\$ 2,98 trilhões em 2021, um aumento de, aproximadamente, 350 por cento). Entretanto, quando analisada a evolução da taxa de crescimento do PIB africano em comparação com as demais regiões, podemos perceber que todas possuem uma tendência negativa no período, com a taxa de crescimento do PIB africano, todavia, tendendo a um decréscimo menos acentuado apenas que a América Latina. De forma análoga aos outros indicadores, essa tendência aponta para, no longo prazo, um aumento cada vez maior na diferença entre os PIBs africano e latino-americano, os da OCDE e do mundo. Em termos gráficos:

⁴ Tais indicadores de comércio representam a soma, em milhões de dólares correntes, de todos os produtos importados e exportados por países africanos, e que tenham como origem e destino, respectivamente, os parceiros indicados. Igualmente, não são incluídos, no indicador, valores referentes a serviços ou quaisquer outros que não digam respeito à importação e exportação de produtos.

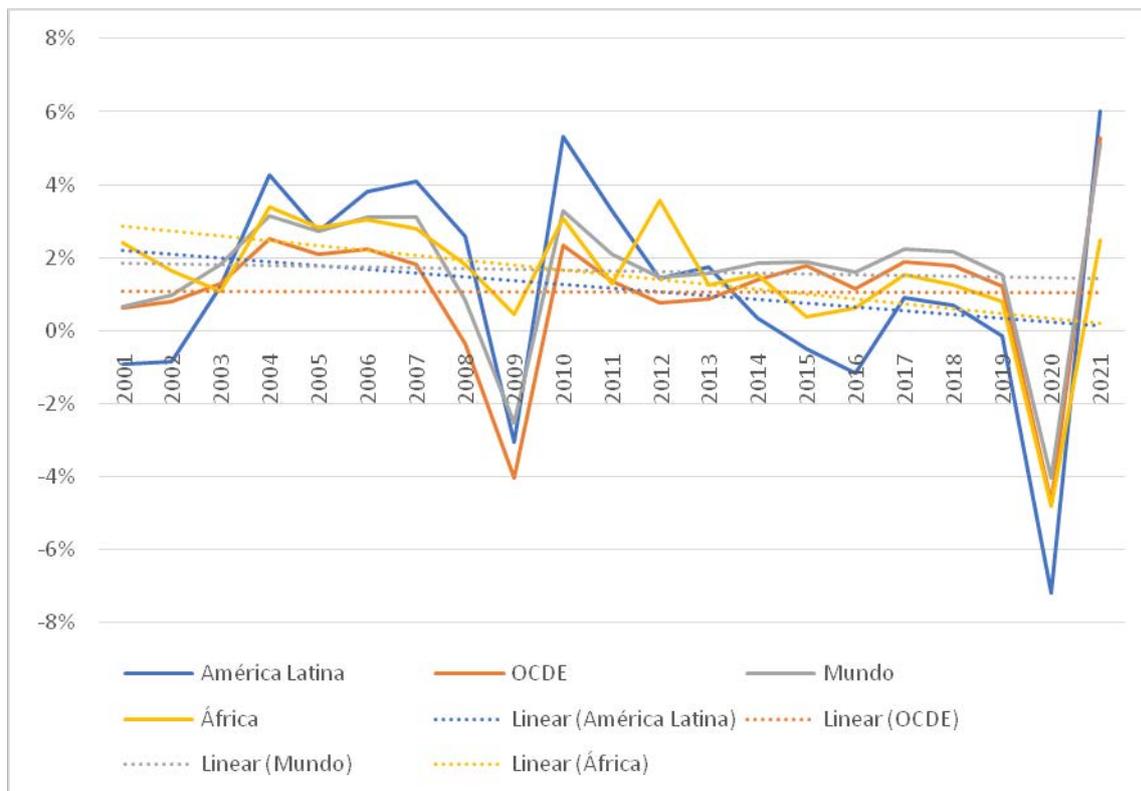
Gráfico 06 – Taxa de crescimento do PIB: África, América Latina, OCDE e Mundo (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados de World Bank (2023).

Acompanhando o avanço do PIB, vale destacar o Produto Interno Bruto *per capita* do continente africano, que, após uma queda de cerca de 1 por cento entre 2001 e 2002, manteve-se crescente até 2008, quando atingiu a marca de aproximadamente US\$ 2.600, um crescimento de cerca de 140 por cento em relação a 2001. Após uma queda de 13 por cento, em 2009, o PIB *per capita* retomou seu crescimento, atingindo a marca de aproximadamente US\$ 3.027 em 2013, um aumento de aproximadamente 30 por cento em relação a 2009. Daí em diante o PIB *per capita* passou a declinar, atingindo a marca de US\$ 2.300, em 2020. A partir daí, houve uma retomada do crescimento, com o indicador alcançando a marca de US\$ 2.556 em 2021. Contudo, quando analisado o período entre 2001 e 2021, vale destacar que o PIB *per capita* africano cresceu cerca de 130 por cento, enquanto o latino-americano cresceu quase 120 por cento, o da OCDE 91 por cento e o mundial 134 por cento (World Bank, 2023). Uma vez mais, essa informação nos permite inferir que, mantidas essas tendências, no longo prazo o crescimento do PIB *per capita* africano, assim como o latino-americano, deve passar a crescer de forma cada vez mais lenta, tendendo a se tornar negativo em um ritmo mais acelerado do que o crescimento dos PIB *per capita* da OCDE e mundial. Em termos gráficos:

Gráfico 07 – Taxa de crescimento Produto Interno Bruto *per capita*: África e Mundo (%)⁵



Fonte: Elaborado pelos autores com dados de World Bank (2023).

Por um lado, os indicadores anteriormente apresentados nos permitem refletir a respeito do desempenho do continente entre 2001 e meados de 2021, tanto individualmente quanto em relação ao restante do mundo. Por outro lado, contudo, os mesmos indicadores não permitem que seja feito um diagnóstico peremptório a respeito do sucesso ou fracasso na NEPAD, visto que, isoladamente, são incapazes de comprovar ou refutar de forma definitiva a efetividade da iniciativa africana enquanto projeto de desenvolvimento. Inclusive, a despeito dos desafios encontrados em alcançar seus objetivos, vale destacar a criação – ou adoção – de diversos projetos que, além de estarem inseridos em suas áreas temáticas, simbolizam a NEPAD como importante vetor de propagação da integração econômica e, portanto, fundamental para o continente africano.

Um exemplo é o Mecanismo Africano de Avaliação por Pares (*African Peer Review Mechanism – APRM*), que foi estabelecido em 2002 pela UA e, para a NEPAD, passou a ganhar destaque a partir de 2003. De modo geral, o objetivo da APRM é que os próprios africanos avaliem os governos participantes, fornecendo críticas construtivas e sugerindo práticas mais adequadas por meio da formulação de um plano de ação, que deve ser seguido pelo governo em avaliação. Além de atingir a estabilidade política e contribuir para acelerar a integração econômica sub-regional e continental, o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável africano, o APRM também busca garantir que os Estados africanos não fiquem submetidos a condicionais impostas pelos países doadores, elaborando, eles mesmos, critérios e padrões de avaliação que sejam aceitos pelos doadores (De Waal, 2002).

Outros exemplos são o Programa de Desenvolvimento Abrangente da Agricultura Africana (CAADP, na sigla em inglês), que visa impulsionar o crescimento econômico a partir do incremento da produção agrícola no continente (Delancey, 2013), e o Programa de Infraestrutura de Banda-Larga ICT, que objetiva interligar, através de redes de fibra ótica, todos os países do continente – entre si e com o restante do mundo (NEPAD, 2017a). Em 2007, outros dois projetos também ganharam destaque, o Fundo Espanhol para o Empoderamento das Mulheres Africanas – que visava contribuir para a erradicação da pobreza e para a melhora das capacidades e oportunidades econômicas das mulheres no continente – e o Plano de Fabricação

⁵ Valor, em dólares correntes, do PIB dividido pela população total do país/região na metade do ano analisado. Os dados aqui apresentados são compilados pelo Banco Mundial e pela OCDE.

de Produtos Farmacêuticos para África – cujo objetivo era encorajar a produção local de remédios de forma a atender a toda a demanda continental por medicamentos eficazes e de qualidade, praticando preços acessíveis (African Union, 2007).

Já em 2010, uma das principais iniciativas direcionadas à infraestrutura africana foi criada, qual seja, o Programa para o Desenvolvimento de Infraestrutura na África (PIDA, na sigla em inglês), sendo voltado a impulsionar a integração econômica regional por meio da construção de infraestrutura continental, de forma a fortalecer a capacidade de comércio dos países africanos, bem como viabilizar o estabelecimento de cadeias regionais de valor (NEPAD, 2017b). De fato, ainda que entre 1995 e 2011 o volume de comércio tenha passado de US\$ 45,9 bilhões para US\$ 130,1 bilhões, desafios como os elevados custos de transporte, excesso de tributação e falta de estabilidade em determinados países, tornam-se fatores que dificultam o aumento do comércio entre os países africanos (Rodrigues; Caputo, 2014). Reflexo disso pode ser encontrado na comparação da percentagem do comércio intra-africano, com o de outras regiões. Enquanto as trocas entre os países africanos representam em torno de 15 por cento do total de seu comércio, na Europa, na América do Norte e na América Latina tal índice chega a 68, 37 e 20 por cento, respectivamente (Afreximbank, 2018).

Assemelhando-se à NEPAD, o PIDA também busca aproveitar da conjuntura internacional favorável ao continente africano, uma vez que busca beneficiar-se de financiamento externo para a execução de seus projetos. Exemplos disso podem ser encontrados na parceria com o *EU-Africa Infrastructure Trust Fund* (EU-AITF), criado em 2007 e direcionado ao financiamento de projetos de infraestrutura de longo prazo existentes no continente, e a China, país que se mantém como o principal investidor externo da iniciativa africana (IFTA, 2019). Além da participação externa, vale ressaltar que os países do continente também têm buscado investir recursos próprios para a viabilização deste projeto (ICA, 2013; 2014; 2018).

Grosso modo, a participação africana acaba por corroborar uma das principais características defendidas e que refletem e simbolizam a NEPAD, qual seja, de criar meios e iniciativas que valorizam a integração continental. De fato, mesmo não alcançando os resultados esperados, em verdade a Nova Parceria acabou por, direta ou indiretamente, demonstrar a importância dos países africanos em se articularem como forma de buscar soluções para os desafios do continente. Inclusive, se paralelamente à criação da NEPAD foi efetivado o processo de transição da OUA para a UA, o que se viu desde então foi o desenvolvimento de outras iniciativas que refletem a priorização da integração africana, como a criação da *Agenda 2063 – a África que queremos* (2015) e, mais recentemente, a *African Continental Free Trade Area* (AfCFTA), que busca, por meio do aumento do comércio intra-africano, a diminuição da dependência externa dos países do continente, bem como o fortalecimento da África perante o sistema internacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscamos analisar os êxitos, desafios e impactos da NEPAD no que concerne às mudanças socioeconômicas e políticas vividas pelo continente africano entre 2001 e 2021. Referente aos êxitos, seja em indicadores como expectativa de vida, mortalidade infantil e PIB *per capita*, todos que atestam melhorias relevantes na qualidade de vida dos africanos; seja pelo aumento nos fluxos de AOD e de IED, na produção de alimentos e mesmo no comércio interafricano – ainda que não para todo o período –, é possível indicar avanços alcançados por parte da NEPAD. Grosso modo, ainda que não seja possível afirmar de forma peremptória que as mudanças ocorridas no continente ao longo dos anos 2000 são fruto exclusivamente da NEPAD, nos parece plausível considerar que a melhora em tais indicadores não seja mero acaso, mas sim um resultado intrinsecamente ligado a ela.

Evidentemente que, mesmo se mostrando relevante para o desenvolvimento econômico da África, a NEPAD também foi marcada pela dificuldade em obter êxito em todos seus objetivos. Conforme destacado no artigo, ao longo do período analisado, o que se viu foi o desempenho do continente africano ficar, em grande parte dos indicadores, aquém dos da América Latina, da OCDE e mundial. Além disso, mesmo nos indicadores em que o desempenho foi semelhante aos demais, o que se apreende é que a tendência verificada ao longo do período é de uma piora no desempenho africano em relação ao restante do mundo. Inclusive, vale destacar o aumento expressivo do endividamento externo do continente nestes vinte anos analisados, o que tem um grande potencial de gerar novas dificuldades – econômicas e sociais – para a África no longo prazo. Em certa medida, as diversas críticas feitas à NEPAD – algumas das quais estão sintetizadas neste trabalho –, parecem ser relevantes, uma vez que a adoção de uma estratégia de desenvolvimento baseada no ideário neoliberal parece, novamente, condenar a África a manter-se em uma posição periférica no sistema internacional.

Ainda que os vinte anos analisados indiquem a simultaneidade entre melhoria em determinados indicadores socioeconômicos e a manutenção da posição periférica do continente africano na economia mundial, este mesmo período também passou a ser marcado por dois outros impactos que se encontram relacionados com a NEPAD. O primeiro diz respeito ao

cumprimento, de forma efetiva, de um dos principais objetivos da Parceria, qual seja, viabilizar ao continente africano um aumento no nível de autonomia, ao planejar e conduzir as políticas ligadas ao seu desenvolvimento, diminuindo, assim, a intensidade e a profundidade da ingerência externa. Já o segundo impacto, tão relevante quanto o anterior, refere-se à importância da integração regional, uma vez que, além de ser resultado do desejo de países africanos em se articularem com o intuito de resolver os desafios existentes no continente, a NEPAD também passou a impulsionar a maior integração entre os países africanos, como visto com a PIDA, programa fundamental para o avanço da AfCFTA, e com a Agenda 2063, iniciativas que passaram, cada vez mais, a simbolizar o Renascimento Africano. Nesse sentido, conquanto possa se considerar que a NEPAD não logrou os resultados e o sucesso dela esperados, não se pode considerar que ela fracassou.

6. REFERÊNCIAS

- AFREXIMBANK. **African Trade Report 2018 – Boosting Intra-African Trade: Implications of the African Continental Free Trade Area Agreement**. Cairo: Afreximbank, 2018.
- AFRICAN UNION. Strengthening of health systems for equity and development in Africa: pharmaceutical manufacturing plan for Africa. In **Third session of the African Union conference of ministers of health**. Addis Abbaba: African Union, p. 1-10, 2007.
- AKINOLA, Adeoye; NDAWONDE, Nompumelelo, NEPAD: talking from the South, governing from the West. **International Journal of African Renaissance Studies**, vol. 11, no. 2, p. 38-51, 2016.
- AKOKPARI, John, The OAU, AU, NEPAD and the Promotion of Good Governance in Africa. **EISA Occasional Paper**, 14, p. 1-21, 2003.
- BADIRU, Ibrahim. NEPAD and Foreign Direct Investment in Africa. **Journal of Management and Social Sciences**, vol. 5, no.2, p. 15-31, 2016.
- BUJRA, Abdalla, Pan-African political and economic visions of development from the OAU to the AU: from the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for Africa's Development (NEPAD). **DPMF**, 13, p. 1-32, 2004.
- CALLAGHY, Thomas, Africa and the World Political Economy: Still Caught Between a Rock and a Hard Place? In HARBESON, John; ROTHCHILD, Donald (eds). **Africa in World Politics: Reforming Political Order**. Boulder: Westview Press, 2009.
- CARDOSO, Nilton. C. F. **Segurança Regional no Chifre da África: Conflitos, Atores, Agendas e Ameaças**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2020.
- CARMODY, Pádraig. **The New Scramble for Africa**. Cambridge/Malden: Polity, 2011.
- CHABAL, Patrick. The quest for good government and development in Africa: is NEPAD the answer? In **International Affairs**, vol. 78, no. 3, p. 447-462, 2002.
- D'ALMEIDA-TOPOR, Hélène, **L'Afrique au 20^e siècle**. Paris: Armand Colin, 2003.
- TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul, eds. **Africa in International Politics: External involvement on the continent**. London: Routledge, 2004.
- DE WAAL, Alex. What's new in the 'New Partnership for Africa's Development'? In **International Affairs**, vol. 78, no.3, p. 463-475, 2002.
- DELANCEY, Virginia. The economies of Africa. In: GORDON, April; GORDON, Donald. **Understanding Contemporary Africa**, eds. Boulder/London: Lynne Rienner, p. 115-166, 2013.
- DÖPCKE, Wolfgang, Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: vol. 45, no.1, p. 146-155, 2002.
- FOMBAD, Charles Manga. The African Union, Democracy and Good Governance. In: MELBER, Henning (ed). **AU, NEPAD and the APRM Democratisation Efforts Explored**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, p. 9-39, 2006.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANISATION (FAO), **FAOStat**, last modified May 30, 2023. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data>>. Acesso em 12/01/2023.
- GORDON, Donald L. "African Politics", In: In: GORDON, April; GORDON, Donald. **Understanding Contemporary Africa**, eds. Boulder/London: Lynne Rienner, p. 61-114, 2013.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- INFRAESTRUCTURE FINANCING TRENDS IN AFRICA (IFTA), **The Infrastructure Consortium for Africa**, last modified July 2019, Disponível: < <https://bit.ly/2OckWTY>>. Acesso em 15/01/2023.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Debt Relief Under the Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative**. International Monetary Fund Factsheet, p. 1-4, 2017.
- INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC) **World Trade Map**, last modified June 15, 2023. Disponível em: <<http://www.trademap.org/Index.aspx>> . Acesso em 12/01/2023.

- KEYLOR, William R. *El Mundo del Siglo XX: la guerra fría entre las superpotencias*. Buenos Aires: Docencia, 1997.
- LANDSBERG, Chris; HLOPHE, Dumisani. *The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy*. Paris: Ceri-Sciences Po, 1999.
- MARTIN, Guy. *Africa in world politics: a Pan-African perspective*. Asmara: Africa World Press, 2002.
- MARUMO, Phemelo O; CHAKALE, Mompoti, "Mbeki on African Renaissance: A Vehicle for Africa Development," *African Renaissance* 15, no. 3, p. 173-185, 2018.
- MBEKI, Thabo. *Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University the African Renaissance, South Africa and the World*. United Nations University, 1998.
- MURITHI, Tim. *Aid colonisation and the promise of African continental integration*, In ABBAS, Hakima; NIYIRAGIRA, Yves (eds). *Aid to Africa: Redeemer or Coloniser?* Cape Town: Pambazuka, p. 1-12, 2009.
- NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT. *PIDA Progress Report 2016*. Addis Abeba: African Union, p. 1-56, 2016.
- NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD). *About NEPAD: Governance*. 2017a. Disponível em <<http://www.nepad.org/content/about-nepad#gov>>. Acesso em 25/01/2023.
- NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD). *Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA), last modified May 11*, 2017b. Disponível em: <<http://www.nepad.org/programme/programme-infrastructure-development-africa-pida>>. Acesso em 25/01/2023.
- NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD). *The New Partnership for Africa's Development*. Abuja, 2001.
- NEPAD Planning and Coordinating Agency (NPCA). *NEPAD – A continental thrust: advancing Africa's development*. Addis Abeba: African Union, 2011.
- OLIVEIRA, Guilherme Z; CALVETE, Luisa C. Barbosa; CARDOSO, Nilton C. F. *Da Não Interferência da Organização da Unidade Africana à Não Indiferença da União Africana: Percepções Africanas sobre a Segurança do Continente*. In *Século XXI*, vol. 5, no. 1, p. 93-112, 2014.
- OTTOSEN, Halfdan. *NEPAD's contribution to democracy and good governance in Africa*. In *International Institute for Democracy and Electoral Assistance*, p. 1-15, 2010.
- RODRIGUES, Denise; CAPUTO, Ana Cláudia. *O projeto de integração da África: aspectos físicos, comerciais, financeiros e de investimento*. Brasília: BNDES, 2014.
- SILVA, André Luiz Reis da. *Os Dilemas da África Contemporânea: a persistência do neocolonialismo e os desafios da autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-2008)*, *Ciências & Letras*, 44, p. 125-149, 2008.
- TAYLOR, Ian. *The International Relations of Sub-Saharan Africa*. New York: Continuum, 2010.
- UN MILLENNIUM PROJECT. *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals*. Earthscan: New York, 2005.
- VISENTINI, Paulo G. F. *A África na Política Internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá, 2010.
- THE INFRASTRUCTURE CONSORTIUM FOR AFRICA (ICA). *Infrastructure Financing Trends in Africa*, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3gPD9Ty>>. Acesso em 03/12/2022.
- THE INFRASTRUCTURE CONSORTIUM FOR AFRICA (ICA). *Infrastructure Financing Trends in Africa*, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2W4eZNI>>. Acesso em 03/12/2022.
- THE INFRASTRUCTURE CONSORTIUM FOR AFRICA (ICA). *Infrastructure Financing Trends in Africa*, 2018. Disponível em <<https://bit.ly/2OckWTY>>. Acesso em 03/12/2022.
- UNCTADStat, *United Nations Conference on Trade and Development, last modified June 30*, 2023. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org>>. Acesso em 12/01/2023.
- WALLERSTEIN; Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.
- WORLD DATA BANK. *World Bank - Last modified June 13*, 2023, Disponível em <<http://databank.worldbank.org>> Acesso em 12/01/2023.